

## **O QUE É DISCIPLINAR E INTERDISCIPLINAR NA INTERDISCIPLINARIDADE DO TURISMO?**

**Edgar Rodrigues Barbosa Neto<sup>1</sup>**

**Universidade Federal de Pelotas**

**Só me interessa o que não é meu.**

**Oswald de Andrade**

**Resumo :** A utilização de termos como interdisciplinaridade, multidisciplinaridade ou mesmo transdisciplinaridade para designar o que ocorre no Turismo enquanto área produtora de saber, não apenas tornou-se um lugar comum, como também está sujeita a determinadas ambigüidades que procurarei analisar neste trabalho. O meu objetivo, dessa maneira, é apresentar algumas delas, formulando-as como problemas de uma investigação que venho realizando e que ainda se encontra em andamento. Três delas, certamente as mais significativas para o tipo de reflexão ao qual estou me propondo, podem ser definidas da seguinte forma: o que significa falar de interdisciplinaridade quando se está diante de uma área, como me parece ser o caso do Turismo, que não está constituída sob uma forma disciplinar? O saber turístico será turisticamente produzido? Será possível formular os termos desse debate isolando-os de questões que dizem respeito a problemas de natureza política, entendida essa última no seu sentido mais genérico? De modo mais amplo, trata-se, portanto, de sugerir que uma epistemologia, isto é, a ciência que deve lidar com o modo de produção da própria ciência, tende a ganhar se partir da hipótese de que não há exterioridade entre aquilo que comumente é definido como estando fora da ciência (como por exemplo o lugar institucional a partir do qual ela define o regime de verdade que lhe faculta a possibilidade de produzir sujeitos e objetos de saber) e as dificuldades mais íntimas experimentadas por essa mesma ciência.

**PALAVRAS-CHAVE:** turismo; interdisciplinaridade; disciplinaridade

---

<sup>1</sup> Professor Assistente do Departamento de Administração e Turismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

É um clichê iniciar uma comunicação demonstrando para quem assiste o lugar a partir do qual se fala. Pois bem, começarei pelo clichê. Na verdade, gostaria de começar dizendo que me sinto bastante à vontade para falar sobre este tema. Não, é claro, por tratar-se da minha especialidade – aliás nada parece mais avesso à especialidade do que o tema da interdisciplinaridade – mas sim por considerar que, a despeito de mim mesmo, este tema me toca pelo menos de duas maneiras. É preciso, portanto, que eu parta da explicitação de ambas.

A primeira delas diz respeito à minha formação original em história. Recordo que das muitas coisas que podemos aprender num curso como esse, uma diz respeito – diria que inclusive de um modo muito fundamental – ao seguinte: nada que tenha acontecido ou que acontece ao homem pode ser considerado por um historiador como algo que esteja perdido para a ciência histórica, ou que seja, pior ainda, menos importante do que alguma outra coisa qualquer. Sabemos, é certo, que essa atitude cognitiva, que também é uma ética da cognição, nem sempre é bem compreendida, às vezes por ser mal formulada e outras vezes por ser, simplesmente, inverossímil ou irrealizável como princípio metodológico. O fato, contudo, não se altera, e o historiador que se forma jamais esquece o conselho de Lucien Febvre: “historiadores, sede geógrafos e sociólogos; lingüistas, juristas e psicólogos também”. O historiador que se ativer à história, e somente a ela, estará condenado a não compreender a história, já que ela apenas pode ser alguma coisa para além do que ela, ensimesmada, supõe, muitas vezes, que seja.

Depois que me formei, apresentei à revista do curso de história uma parte da monografia por meio da qual, um ano antes, havia concluído o curso. A comissão editorial, composta por historiadores, não aceitou publicar o texto sob o seguinte argumento: tratava-se de um trabalho muito antropológico e, suponho, pouco histórico. Imaginei, neste momento, que talvez devêssemos excluir da lista de Lucien Febvre a parte que diz respeito à antropologia. Então lembrei que esse grande mestre do nosso ofício nos convocava para a interdisciplinaridade em um livro cujo título era, não *Combates pela Interdisciplinaridade*, mas sim *Combates pela História*.

Mais tarde, lendo Fernand Braudel – o principal aluno de Lucien Febvre – percebi que a interdisciplinaridade pode funcionar, como parece ter de fato funcionado no caso da história na França, como uma estratégia política, nem sempre

conscientemente assumida, por meio da qual uma disciplina delimita, no campo científico, o seu lugar institucional, ocupando posições que garantem a ela, por exemplo, status acadêmico e bons financiamentos para as suas pesquisas. As grandes inovações que as gerações subseqüentes de historiadores franceses conseguiram obter, acumulando um número verdadeiramente impressionante de conhecimentos, são inexplicáveis fora dessa história política da ciência<sup>2</sup>. Em matéria de ciência, assim como em matéria de interdisciplinaridade, não podemos, portanto, ser ingênuos. Voltarei depois a essas questões.

Passemos agora a segunda história que gostaria de contar para vocês. A dimensão antropológica detectada em meu texto pela comissão editorial não era, de fato, sem razão. Afinal, a mesma parte da monografia que ela rejeitou me permitiu ser aprovado na seleção para o curso de mestrado em antropologia social. Das muitas coisas que poderia dizer a respeito do que pude aprender com a antropologia, quero aqui mencionar apenas uma delas: vários dos muitos cursos de que pude participar durante o mestrado tinham como um dos seus objetos o conceito de identidade. Lembro que meus professores costumavam dizer que o conceito de identidade sempre deveria ser entendido numa acepção suficientemente flexível para dar conta dos processos plurais de identificação. Pois, argumentavam, ser um sujeito é existir num espaço de intersecção que tem muito pouca relação com idéias mais substancializadas de identidade. Aquele que somos sempre se parece com os muitos outros que imaginamos não ser.

Alguns destes professores, mais precisamente os dois que fizeram parte da banca da minha defesa, argumentaram que a minha dissertação não possuía identidade antropológica, e que, na verdade, e para a minha mais absoluta surpresa, ela se parecia antes com um trabalho de teologia, como afirmou um deles. Recordo que essa dissertação era, na verdade, o desenvolvimento de algumas idéias que já estavam presentes na minha monografia.

Pois bem, o trabalho que não foi aceito na revista de história por ser muito antropológico me diziam agora que era pouco antropológico. Fiquei com uma

---

<sup>2</sup> Seria interessante analisar como a ampliação da historicidade para áreas que se acreditava estarem fora da história, como a loucura, a criança, a lágrima, o riso, o amor, o gosto..., pode ser explicada nestes termos. De modo que se pode notar que o maior desenvolvimento da ciência histórica, pelo menos no caso da França, caminhou lado a lado com a ampliação dos seus espaços de produção, distribuição e consumo, tanto dentro quanto fora da universidade.

dúvida: o que diria sobre ele um teólogo? Pedi então a um teólogo conhecido meu que desse uma olhada. O resultado foi o seguinte: não concordo, disse ele, com o núcleo principal do teu argumento, mas acho que isso não importa muito, já que se trata de um trabalho que não é teológico.

Tudo isso resumido, temos, inicialmente, o seguinte: eu, que me formei em história escrevendo uma monografia que não é histórica, e fiz um mestrado em antropologia escrevendo uma dissertação que não é antropológica, estou aqui para falar sobre o turismo. De modo que, se alguém aqui, ao final da minha exposição, afirmar que tudo o que foi dito não tem nenhuma relação com o turismo, eu certamente não ficarei muito surpreso. Até poderei, quem sabe, me defender argumentando que não acredito, como de fato não acredito, que seja possível falar sobre o turismo apenas falando sobre o turismo: a propósito essa é uma das maneiras pelas quais se pode, creio eu, tratar das relações entre a interdisciplinaridade e o turismo.

À luz destas histórias, e para tentar entendê-las, situando-as num espaço bem mais amplo do que aquele que diz respeito às idiossincrasias da minha trajetória, gostaria de aproveitar este momento para testar e desenvolver algumas hipóteses. Também não poderia deixar de registrar, neste momento, que algumas das coisas que aqui serão ditas têm sido discutidas em conjunto com minhas colegas nas nossas reuniões a propósito do projeto pedagógico do Curso de Bacharelado em Turismo da UFPEL.

Primeira coisa que eu gostaria então de dizer: alguns autores tendem a vincular o tema da interdisciplinaridade àquilo que imaginam ser a maior complexidade do mundo atual, atravessado por fenômenos multidimensionais, como por exemplo a globalização e a organização em rede da sociedade atual, fenômenos que, pela diversidade de suas incidências, devem ser capazes de aprofundar os nossos mecanismos supostamente cartesianos de análise.

A maior complexidade do mundo atual é uma questão que deixarei em aberto. No entanto, a vinculação da interdisciplinaridade a esse tema não nos deve levar a perder de vista a profundidade histórica dessa questão. A minha hipótese é a seguinte: a história de qualquer uma das disciplinas situadas no espaço das chamadas

ciências sociais, sejam elas aplicadas ou não, não pode ser escrita de um modo estritamente disciplinar.

A interdisciplinaridade não se encontra apenas depois da constituição da disciplinaridade das áreas, mas também, e talvez fundamentalmente, antes e durante o processo dessa constituição. No início de uma disciplina não podemos, portanto, encontrar a plenitude ou a integridade de uma razão em perfeito domínio dos princípios que a orientam na produção do conhecimento que ela torna possível, mas sim a dispersão que torna difícil, para não dizer praticamente impossível, precisar o momento de seu começo, já que podemos, neste estágio, buscá-la e de fato encontrá-la em quase todos os lugares, inclusive lugares não diretamente vinculados à ciência. Sendo o começo, desse modo, uma pluralidade de começos, somente um olhar retrospectivo pode estabelecer algum tipo de unidade.

A continuidade que durante um certo tempo foi a base para uma determinada maneira de escrever a história da ciência, e dentro dela as histórias mais regionais das disciplinas, é sempre uma construção *a posteriori*, cujo sentido talvez esteja antes entre aqueles que se estabelecem no interior de uma linha sucessória por eles mesmos produzida do que propriamente no trabalho de um ou de vários predecessores. Como sabemos bem, o predecessor é, em grande medida, uma invenção do sucessor. Ninguém sabe que está antes ou na origem de alguma coisa exceto pela mediação de quem está depois. Suponho que isso seja parte do que se passa hoje com o turismo.

Como se pode notar, isso também é válido para o que aconteceu ou mesmo acontece em outras áreas, tanto no Brasil quanto em outros centros. Vejamos então, de modo bastante simplificado, alguns exemplos. Bastaria lembrar aqui que, três das principais obras construídas no Brasil e sobre o Brasil, o foram no momento em que os campos disciplinares e os meios institucionais que conferem a eles a sua estabilidade (universidades por exemplo) não estavam ainda bem delimitados. Como podemos definir as obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Cândido? Todos os três gostavam do termo ensaio, que é um gênero no qual, como já disse Roland Barthes, a escritura rivaliza com a análise. Ouçamos o depoimento de Antônio Cândido: “foi a literatura que, agindo como um poderoso imã, interferia com a tendência sociológica, dando àquele gênero misto de ensaio, construído na

confluência da história com a economia, a filosofia ou arte, que é uma foram bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil” (PEIRANO, 1992: 45). Não há como deixar de ver nestas afirmações um eco muito claro do que diziam os modernistas da semana de 1922. Penso, por exemplo, na epígrafe deste texto e no que afirmava, em seu Manifesto Antropófago, Oswald de Andrade: “Perguntei a um homem o que era o Direito. Ele me respondeu que era a garantia do exercício da possibilidade. Esse homem chamava-se Galli Mathias. Comi-o” (ANDRADE, 1990: 49). Gostaria, neste momento, de adiantar uma idéia: o “turismólogo” se parece com alguém que só pode ser ele mesmo no espaço que não é dele, devorando-o, certamente.

Dito isso, voltemos ao que eu dizia antes. O processo de disciplinarização do conhecimento já estava em andamento quando os três autores citados anteriormente encontravam-se produzindo as suas obras. Os Parceiros do Rio Bonito, a tese de doutorado de Antônio Cândido defendida em 1954 junto ao Departamento de Sociologia da recém criada USP, teve a nota máxima rejeitada por um membro da banca sob o seguinte argumento: tratava-se de um trabalho com cunho muito antropológico. Curioso é ver, também, quem disse isso: Roger Bastide, o mesmo que adorava pular fronteiras e que sonhava com Macunaíma em Paris!

A trajetória de Florestan Fernandes, amigo e colega de Antônio Cândido, confirmaria, nos anos subseqüentes, o processo já em curso de institucionalização e disciplinarização no campo das ciências sociais. Fernando Henrique Cardoso, sociólogo que foi aluno de ambos, disse, certa vez, o seguinte: “a minha geração se formou tendo como base o rigoroso método científico e a disciplina mental de Florestan Fernandes e como ideal o discreto charme britânico do ensaísmo de os Parceiros do Rio Bonito” (PEIRANO, 1992: 36).

À distância de algumas centenas de quilômetros, mais ou menos na mesma época, algo semelhante também estava em curso. Quem nos conta isso, em suas notas biográficas, é o sociólogo, hoje bastante conhecido, Norbert Elias. A citação, embora longa, é bastante esclarecedora.

*“Por ocasião de um congresso que reunia sociólogos ingleses, faz muitos anos, houve um debate sobre as forças e fraquezas da sociologia, do qual um pequeno episódio me ficou na lembrança. Barbara (que se tornou mais tarde Lady Wootton), então professora de sociologia no Bedford College da Universidade de Londres,*

*durante um discurso um pouco amargo, disparou em direção ao público: **E de todo modo nenhum de vocês é um autêntico sociólogo. Olhem ao redor. Você, e você, e depois você, disse apontando [para] certos participantes, nenhum de vocês fez estudos de sociologia! Vocês vêm todos de outras áreas.....Os sociólogos da primeira geração, afirmei, vinham necessariamente de outras áreas. Podiam-se observar fenômenos análogos em outras ciências recentes.....Acrescentei que não era absolutamente certo que, para sociólogos, constituísse um problema o fato de terem começado por estudar outra matéria, como por exemplo economia ou história, terem adquirido seus conhecimentos em sociologia e compreendido os problemas por ela colocados através de seu próprio trabalho. A meu ver, era característico de uma ética “profissional” mal compreendida postular que era preciso ter estudado sociologia e nada além da sociologia para se tronar um bom sociólogo. Tinha às vezes a impressão de que a imaginação sociológica se beneficiava enormemente de seus representantes terem estudado outra coisa que não a sociologia institucional. A deontologia universitária que limitava o físico ao estudo da física, o economista ao estudo da economia e o historiador ao de determinados períodos da história era certamente suficiente para vários campos de aplicação da sociologia na vida profissional. Mas não o era certamente para o trabalho pioneiro a ser realizado pelos pesquisadores e professores de sociologia nas universidades – trabalho sem o qual toda uma disciplina se petrifica e do qual a sociologia sempre carece. Esse trabalho a meu ver exigia conhecimentos específicos – quer fossem adquiridos graças a um currículo universitário normal, quer por um trabalho pessoal – não apenas em sociologia, mas também em outras ciências humanas, e se possível também em uma ciência da natureza. Eram então conhecimentos que superavam ao longe o saber sociológico específico do qual se fazia uma norma profissional... Não sei se, graças a esse pequeno discurso, fiz muitos amigos entre os sociólogos presentes naquele dia! Não sei se essas declarações aumentaram ou não minhas oportunidades de retomar minha carreira universitária interrompida na Inglaterra. Ainda não havia descoberto nessa época as virtudes do silêncio ” (ELIAS, 2001: 91, 92).***O grifo é meu.

Sabemos com que dificuldades esse que é hoje considerado um dos maiores “sociólogos” do século XX conseguiu retomar a sua carreira. Isso não nos deve surpreender se recordarmos agora aquilo que eu dizia logo no início a respeito do historiador Fernand Braudel e da trajetória da disciplina histórica na França. Como vimos a história de uma disciplina não apenas é a história de várias disciplinas, mas é também a história de uma complexa combinação de procedimentos que são, ao mesmo tempo, cognitivos, políticos e institucionais. A interdisciplinaridade pode ser

entendida como uma das formas, não certamente a única, pelas quais uma disciplina academicamente marginal, isto é, a história na forma como nós a conhecemos hoje, estabeleceu-se de modo hegemônico no campo científico francês, ocupando postos chave dentro e fora do sistema institucional de ensino. Por um lado, poderíamos mencionar o Collège de France e a École des Hautes Études, por outro, as principais editoras como a Gallimard e importantes canais franceses de rádio e televisão, que passaram a ser ocupados, cotidianamente, por renomados historiadores.

Curioso a esse respeito é observar que quando falamos de interdisciplinaridade temos freqüentemente a impressão de estarmos diante de algo que diz respeito a todas as disciplinas de forma relativamente igual. Ignora-se, no entanto, o fato de que o campo científico é estruturado por relações desiguais no tocante não apenas à apropriação dos recursos financeiros destinados à realização de pesquisas, como também, e diria principalmente, à distribuição assimétrica do capital científico que está na origem de qualquer pesquisa e que permite, em um momento posterior, a apropriação dos seus resultados. Logo, gostaria de sugerir, como um princípio metodológico, que o tema da interdisciplinaridade, em inúmeros casos, emerge em estreita relação com o tema disciplinaridade. Não se trata portanto da mesma coisa conforme nos situemos, por exemplo, no turismo ou na antropologia. Assim, o fenômeno da interdisciplinaridade e os seus homólogos (multidisciplinaridade e transdisciplinaridade), embora se mostrem presentes em geral, não têm o seu peso igualmente distribuído entre as várias disciplinas. Suponho que a sua realidade seja assumida como projeto de modo muito mais evidente em algumas delas do que em outras<sup>3</sup>.

Tendo em vista o que disse acima, gostaria agora de apresentar uma outra hipótese: suponho que a interdisciplinaridade como estratégia de conhecimento

---

<sup>3</sup>Creio, aliás, que esse seja um fato recorrente em processos os mais diferenciados de atravessamento de fronteiras. Fronteiras certamente são cruzadas no mundo inteiro, mas esse fato, por si só, não é capaz de nos esclarecer sobre o que significa cruzar uma fronteira quando se é de um país desenvolvido ou de um país subdesenvolvido, e mesmo entre países que integram essas duas categorias, já que, como sabemos, elas cobrem realidades muito distintas. Embora evidente, esse exemplo não nos deixa esquecer que o ato de atravessar fronteiras, embora mundialmente observado, não é compartilhado de modo homogêneo pelas pessoas e grupos que atravessam essas fronteiras. Uma distância pode ser mais ou menos distante conforme a posição ocupada no cenário mundial. Se a distância, como já sabemos, é o ato de percorrê-la, então essa distância não deve ser entendida independentemente de quem a percorre e da posição a partir da qual esse alguém irá percorrê-la. Isso, como afirmei, vale para as fronteiras disciplinares.



ganhe mais visibilidade, e provavelmente importância, em áreas menos valorizadas do mercado científico de idéias, ou seja, áreas, como o turismo, que possuem um menor acúmulo de capital científico. Com isso, evidentemente, não estou sugerindo que a interdisciplinaridade seja uma prerrogativa dessas áreas, mas sim que essas áreas são mais propensas a fazer dela uma estratégia de consolidação institucional e cognitiva de seus saberes.

Uma das maneiras de explicar esta situação para o caso do turismo é apelando para a sua relativa novidade como área acadêmica. De fato, Mirian Rejowski, em seu livro *Turismo e Pesquisa Científica*, demonstrou que no período que vai de 1975 até 1992, o mesmo período que para outras áreas como antropologia e história representou um *boom* acadêmico, não mais do que 55 trabalhos, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, foram produzidos (REJOWSKI, 1996). Tendo em vista que são em pouquíssimo número os cursos de pós-graduação em turismo no Brasil, seria possível acrescentar ainda que parte importante dessa produção é proveniente de outros cursos. Não tenho conhecimento a respeito de uma atualização destes dados. Mas quero, no entanto, dizer que não acredito que essa seja, por si só digamos assim, a melhor forma de explicação. Embora acredite que ela deva ser considerada uma variável bastante significativa na produção da explicação.

Correndo o risco de parecer bem mais obscuro, vou tentar encaminhar esta explicação por um outro lado. O que é afinal de contas uma disciplina? Ela é um lugar institucional que organiza, no espaço da ciência, não apenas o que podemos conhecer, mas também o sujeito que conhece e, fundamentalmente, o modo como podemos conhecer aquilo que queremos muitíssimo conhecer<sup>4</sup>.

Qualquer disciplina, dessa maneira, pressupõe um *habitus* disciplinar, isto é, um aprendizado, relativamente longo, ao fim do qual aquilo que, no início parecia a

---

<sup>4</sup> “Em uma disciplina o que é suposto no ponto de partida...é aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados. Para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, novos enunciados...Mas há mais; e há mais, sem dúvida, para que haja menos:...no interior de seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas ela repele, para fora de suas margens, toda uma teratologia do saber. O exterior de uma ciência é mais e menos povoado do que se crê. Em resumo, uma proposição deve preencher exigências complexas e pesadas para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina: antes de poder ser declarada verdadeira ou falsa, deve encontrar-se, como diria M. Canguillhem, *no verdadeiro*...A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 1996: 30, 31, 33, 34, 36). Pertencendo ao espaço da regra, uma disciplina, como sugere Foucault, apenas pode limitar o campo

maior das dificuldades, irá se transformar num conjunto de gestos, relativamente automatizados, que permitirá a construção de objetos científicos e, ao mesmo tempo, a construção do sujeito que constrói esses mesmos objetos. A ruptura entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível, sempre muito problemática, é algo que apenas pode ocorrer num momento posterior da socialização disciplinar, e mesmo assim, ou talvez por isso mesmo, de uma maneira suficientemente frágil para confundir os papéis, sobretudo entre aqueles que se colocam, como me parece ser o caso do turismólogo, como menos vigilantes do ponto de vista epistemológico.

De modo que, se podemos afirmar, como de fato devemos, que o sujeito constrói o objeto, também poderemos, da mesma maneira, afirmar que, em alguns casos, o objeto constrói o sujeito. Há sempre uma reversibilidade potencial entre ambos. Isso é verdade para qualquer disciplina situada no campo das chamadas ciências humanas ou sociais. Mas isso me parece ser mais verdadeiro ainda para o caso do turismo.

Por qual razão? Vou tentar responder de modo sucinto, deixando claro que a resposta é também uma hipótese. O “turismólogo” é alguém que me parece estar bastante interessado em participar do fenômeno que quer conhecer e que por isso talvez tenha dificuldade de conhecer. De tal modo que o conhecimento turístico mais do que uma distância representa um investimento no objeto. Logo, ficamos com o seguinte problema: as perguntas que temos a fazer a propósito do fenômeno turístico não serão perguntas que interessam àqueles que contribuem para a realidade desse fenômeno?

Vale agora uma breve digressão. Não deixa de ser curioso observar que hoje, no exato momento em que a distância começa a ser relativizada em determinadas áreas das chamadas ciências sociais, como por exemplo na antropologia, em outras, como é o caso do turismo, estejamos nos ressentindo da sua falta como procedimento capaz de orientar a produção do conhecimento. Isso nos deve deixar de sobreaviso: se, por um lado, não devemos superestimar a distância, pois, como sabemos, ela pode nos deixar muito próximos de nós mesmos, por outro, ignorá-la certamente nos impedirá de pensar o que é “outro” relativamente a nós em termos que não sejam exclusivamente aqueles por meio dos quais esse “outro” habitualmente expressa a si

---

das possibilidades porque, de dentro do possível, ela permite gerar aquilo que é inédito, digamos, o

próprio. De um lado, não sairíamos de nós, de outro, permaneceríamos presos a categorias que não são nossas, ou, como dizem os antropólogos, “estaríamos comendo na boca do nativo”.

Desse modo, talvez se possa afirmar que o “turismólogo”, por agora, é alguém que está cognitivamente desenraizado, entre outras razões, porque ainda não tem claro, inclusive de modo institucional, se quer entender ou participar do fenômeno turístico. Voltando ao que eu dizia antes, poderíamos perguntar: queremos ser índios ou antropólogos?

Entendo que o fato do turismo ser uma área “cientificamente marginal” está intimamente vinculado àquilo que Marutschka Moesch chamou de “o condicionamento exercido pelo mercado turístico sobre o saber turístico”. É isso o que ela me parece deixar claro quando afirma: “em nossa área, a pragmática do fazer antecipou a pesquisa científica” (MOESCH, 2002: 25). A isso tomo a liberdade de acrescentar: essa pragmática não apenas antecipou o saber turístico como também tem permanecido como um dos principais eixos de articulação e produção desse saber. Ficamos devendo a ela trabalhos que desenvolvam essa idéia que julgo da maior importância. De qualquer forma, fica a referência: o “turismólogo” está fazendo, e já faz um bom tempo, o jogo duplo das filiações. Essa duplicidade, ou seja, a permanente e pouco controlada oscilação entre ser aquilo sobre o que se pensa e o próprio pensamento, é inseparável, na minha opinião, da “marginalidade institucional”.

É claro que não devemos achar que um maior fechamento institucional possa representar algum tipo de solução para essas dificuldades. Isso seria não apenas uma ilusão como também um suicídio. Sugiro então que aquilo que deve ser discutido é a natureza dessa “abertura” que já existe e os termos em que ela se dá. Tenho procurado pensá-la levando em conta a categorização do turismo como uma “ciência social aplicada”. Mas o que é uma ciência social aplicada? Para além da fácil solução de compromisso que acredita poder resolver todos os problemas adotando a conjunção **e**, acredito que nós devemos perguntar a nós mesmos qual a parte que cabe, na definição de uma ciência desse tipo, ao fato de ela ser aplicada e estar destinada à aplicação? O que afinal a define como uma ciência social aplicada? Essas

são questões que deixarei em aberto, já que não há tempo nem espaço para abordá-las aqui.

Voltemos então ao que era dito logo acima. Certamente que devemos encarar tudo aquilo como uma limitação do que fazemos. Se conseguirmos equacioná-la, não digo exatamente vencê-la, sabendo inclusive que parte importante desse equacionamento depende do nosso trabalho como professores e pesquisadores do turismo, acredito que poderemos avançar, de maneira bem mais significativa, em outras direções. Poderemos, por exemplo, definir melhor os princípios gerais que permitirão articular teoricamente os múltiplos saberes com os quais dialogamos.

Passo agora às últimas hipóteses que desejaria apresentar para vocês. Se entendermos a interdisciplinaridade como um diálogo entre disciplinas capaz de alterar a realidade especializada de cada disciplina, então estamos diante de um outro problema. Pois, sabendo perfeitamente bem que para que seja possível conversar é necessário que se tenha algo para dizer, devemos então perguntar: qual seria, nesse sentido, a contribuição específica do turismo para um diálogo disciplinar? A hipótese, nesse caso, deve ser a seguinte: a interdisciplinaridade no turismo é diretamente proporcional ao fato de que ele não é teoricamente substantivo. Isto é, o turismo não nos dá um programa de percepção a partir do qual a realidade possa ser cientificamente construída de uma maneira particular. É por essa razão que eu costumo dizer para os meus alunos de Fundamentos do Turismo que os fundamentos do turismo são um conjunto interminável de discussões a respeito do que são os fundamentos do turismo.

A questão, já bastante familiar a todos nós, é a seguinte: o turismo só existe como saber – e também como conceito – na intersecção de outros saberes e conceitos: ele só pode ser pensado, tanto do ponto de vista do sujeito quanto do objeto, por meio da articulação que estabelece com outros referentes que, ao mesmo tempo, são e não são ele, o negam e o afirmam: lazer, cultura, natureza, economia, política<sup>5</sup>...Caberia agora uma pergunta: face a tudo isso, será que é possível falar de uma epistemologia do turismo? Para iniciarmos um debate a respeito dessa pergunta,

---

<sup>5</sup> A título de exemplo, basta dar uma olhada no fluxograma do nosso Curso de Bacharelado em Turismo da UFPEL para percebermos a existência de pelo menos umas quinze disciplinas com temporalidades internas que possuem ritmos diferenciados e, em alguns casos, relativamente desiguais.

talvez seja necessário pensarmos em uma segunda: haverá uma pesquisa em turismo que seja turisticamente orientada?

O “turismólogo”, portanto, é alguém que habita um não-lugar, ou melhor, um lugar que é, na verdade, um cruzamento de muitos lugares. Aqui podemos estabelecer uma distinção que me parece fundamental: o turista é alguém que está **de** passagem, já o “turismólogo” é alguém que está **na** passagem. Cabe assim perguntar: o que significa ver o mundo não por meio das partes que o compõem e sim das passagens entre elas? Para responder, é preciso radicalizar a metáfora da viagem. Ela nos dará, suponho, duas vantagens importantes.

A primeira é de ordem teórica. Estar entre nos permite, se conseguirmos organizar, de fato, todos aqueles saberes, realizar algo muito desejado: pensar o mundo não pelas pontas e sim colocando-nos no espaço que faz o meio entre elas, ou seja, dar mais atenção para o entrelaçamento dos nós do que para as linhas paralelas. Foi isso que fez, por exemplo, da obra de Foucault um desafio para a tradição filosófica. Onde devemos buscar a filosofia? Em todos os lugares, responde Foucault, sobretudo naqueles em que ela imagina não estar. Sabemos que ele, assim como Nietzsche, multiplicou os gestos filosóficos. Talvez possamos contribuir também para a multiplicação de alguns gestos cognitivos. Mas isso, como se pode perceber, nada tem de evidente.

Já a segunda é de ordem política e ética. Sendo o turismo um lugar entre lugares, com fronteiras pouco definidas, talvez tenhamos uma outra vantagem: poderemos projetá-lo, ao menos teoricamente, para onde quisermos. Isso deve ser capaz de nos tornar cada vez mais responsáveis, tanto do ponto de vista social, como gostamos de dizer, quanto do ponto de vista científico. É sempre preciso lembrar o que diziam T. S. Elliot e Mário Quintana: o verso livre tornou o poeta mais responsável por aquilo que faz. Somente quando a poesia deixou de lado, ainda que parcialmente, a métrica e a rima, adotando o verso livre como uma de suas formas possíveis, é que se pôde formular este princípio da responsabilidade poética. De fato, só se é responsável quando não há algo que possa, *a priori*, assegurar que as nossas escolhas serão, já de saída, boas ou ruins. Essa ética da poesia, homóloga àquela ética da política cuja validade data, pelo menos, de Maquiavel, circunscreve um dos domínios em que devemos atuar: o turismo, mais do propriamente ser definido,

precisa é ser inventado. Essa, aliás, é uma das boas recomendações que nos dá uma determinada história da ciência: as coisas mais importantes só puderam ser descobertas depois de terem sido inventadas.

No entanto, para fazer disso mais do que algumas palavras agradáveis para todos nós, não há outra maneira senão cultivar a *self deception*, isto é, a decepção a respeito de quem somos e do que fazemos. Marcel Mauss dizia que a sociedade sempre se paga com a falsa moeda do seu sonho. O turismo, a ciência e a interdisciplinaridade também.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Oswald de. *A Utopia Antropofágica*. São Paulo: Globo; Secretaria de Estado da Cultura, 1990. (Obras completas de Oswald de Andrade).

BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato (coord.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994. (Col. Grandes Cientistas Sociais).

ELIAS, Norbert. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FEBVRE, Lucien. *Combates por la Historia*. Buenos Aires: Planeta–De Agostini, 1993.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

LE PETIT, Bernard. “Proposições para uma Prática Restrita da Interdisciplinaridade”. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Por Uma Nova História Urbana*. São Paulo: EDUSP, 2001.

MOESCH, Marutschka. “O fazer–saber turístico: possibilidades e limites de superação”. In: GASTAL, Susana (org.). *Turismo: 9 propostas para um saber–fazer*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PEIRANO, Marisa. *Uma Antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: EDUNB, 1992.

REJOWSKI, Mirian. *Turismo e pesquisa científica*. Campinas: Papirus, 1996.